

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para eventual serviço de confecção de persianas verticais, películas de proteção solar, incluindo instalação e aplicação de acordo com a real necessidade dos setores, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da presente aquisição visa suprir as eventuais necessidades das demandas de todos os Blocos Administrativos da Companhia de Água e Esgoto de Roraima – CAER, em relação a proteção contra os raios solares nas salas.

2.2. A aquisição das Cortinas Persianas Vertical com seus acessórios e películas visa produzir um ambiente adequado, menos insalubre, mais produtivo e confortável tanto para os servidores, bem como, para os contribuintes que acessam os serviços nos diversos prédios da Administração desta Companhia.

2.3. A necessidade de se ter um ambiente adequado que vai muito além de proporcionar o bem-estar aos servidores e contribuintes, pois entendemos que as películas e persianas além de proteger os servidores contra os raios solares, as mesmas também protegerá móveis e equipamentos.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE	BLOCOS
01	Persiana Vertical em tecido com blackout; Acionamento manual e quaisquer materiais e acessórios necessários à correta instalação.	M ²	297	A,B,C, ANEXOS e ETA

FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PELÍCULAS



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE	BLOCOS
02	Insulfilme Fumê G5 Transmissão de Visibilidade 5% Transmissão de Energia Solar 53% Transmissão de UV < 5% Transmissão de Fator U 0.96 ~ 1.09	M ²	220	A,B,C, ANEXOS e ETA

3.1. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

3.1.1. Os materiais serão garantidos pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação de irregularidades, providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, as devidas substituições.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.1.1. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, em que se comprove que a empresa participante já executou serviços semelhantes ao objeto da licitação.

4.2. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

4.2.1. Não há necessidade de promover transição contratual para esta contratação, haja vista não ser necessário o repasse/ compartilhamento de conhecimento/informações/estrutura específicos peculiares ao objeto.

4.3. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE:

4.3.1. Durante a prestação do serviço, a empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade para redução dos possíveis impactos ambientais causados em virtude da prestação do serviço.

4.3.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, instrumentos, equipamentos e inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Ela deve também se responsabilizar por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais das manutenções, removendo e destinando-os a locais próprios.

4.4. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.4.1. O serviço terá início a partir da assinatura do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

4.4.2. O contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do contrato.

4.4.3. O fornecimento será feito sob demanda, bem como o pagamento, durante o período de vigência do contrato, de acordo com a real necessidade dos setores.

5. DO MODELO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.1.1. Empreitada por preço unitário, conforme inciso I, art. 60 do RILC/CAER.

5.2. DA METODOLOGIA:

5.2.1. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS:

5.2.2. Após a emissão da ordem de serviço, contratada deverá realizar uma visita inicial aos locais indicados para instalação de persianas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, para levantamento das medidas exatas, com todo detalhamento necessário, inclusive quanto a cortes específicos que permitam deixar espaços livres para Ar Condicionado de Janela ou outras peculiaridades, para apreciação, conferência e aprovação pelo responsável fiscal do contrato ou servidor indicado.

5.2.3. Após aprovação pelo responsável fiscal do contrato ou servidor indicado, a contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, para o envio dos dados para fabricação das persianas e após o material pronto, procederá à instalação do mesmo nos locais indicados, com todo material, peças e acessórios necessários, que serão fornecidos pela contratada.

Erros de medida de persianas são de responsabilidade da contratada, que deverá substituir a peça comprometida sem custo para o contratante.

5.2.4. A contratada será responsável pela retirada de persianas existentes no local para a instalação das novas, assim como a limpeza do local onde será efetuado o serviço, não deixando de forma alguma sujeira ou entulhos oriundos da instalação das persianas, bem como materiais, equipamentos e sobras não utilizadas de materiais descartados na instalação.

5.2.5. As persianas antigas, quando houver, deverão ser entregues à Divisão de Serviços Gerais – DSG, para o processo de desfazimento do bem.

5.3. FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PELÍCULAS:

5.3.1. Após a emissão da ordem de serviço, a contratada terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para aplicação das películas nos locais indicados.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

5.3.2. As películas aplicadas devem ser aplicadas pelo lado interno das edificações e se estender até as bordas dos vidros, exceto quando houver impossibilidade de retirada dos acabamentos para se ter acesso às bordas dos vidros.

5.3.3. A empresa deverá realizar a retirada de todas as películas que estão aplicadas nas janelas das salas em que serão aplicadas as novas películas, realizando cortes necessários dos tamanhos das janelas, não deixando de forma alguma sujeira ou entulhos oriundos da instalação das películas, bem como materiais, equipamentos e sobras não utilizadas de materiais descartados na instalação.

5.3.4. Não serão aceitas emendas em películas.

5.3.5. No caso das películas, é opcional a visita ao local, mas o valor pago será somente sobre a área efetivamente instalada (sem considerar perdas por qualquer razão).

5.3.6. Caso opte em realizar uma visita inicial aos locais indicados para instalação das películas, terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil.

5.3.7. As películas não requerem um levantamento prévio preciso, porém a empresa deve estar preparada com material suficiente para que não haja falta durante a aplicação. A sobra de material não será remunerada, mas somente a efetivamente aplicada.

5.4. VISITA TÉCNICA FACULTATIVA:

5.4.1. O licitante poderá realizar vistoria no local de execução do serviço, através de seu responsável técnico e acompanhado por servidor designado para esse fim, que emitirá Atestado de Vistoria Técnica. A vistoria facultativa deverá ser previamente agendada com a Divisão de serviços gerais da CAER, através do e-mail dsg@caer.com.br.

5.4.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.4.3. Caso a empresa opte por não efetuar a vistoria técnica facultativa, não poderá alegar posteriormente não estar ciente de quaisquer aspectos referentes ao serviço.

5.5. LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.5.1. A Empresa contratada realizará os serviços nos blocos A, B, C, anexos e ETA, que estão localizados na sede da CAER, situada na Rua Melvin Jones, 219 – São Pedro, no Município de Boa Vista – RR, das 7 h:30 min às 13 h.

5.5.2. Os prazos de execução dos serviços obedeceram os indicados nos itens 5.2.2 e 5.3.2 deste Termo de Referência.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.

6.2. DO PROTOCOLO DE COMUNICAÇÃO:

6.2.1. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da Companhia e execução do Contrato, a contratada, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CAER, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

6.3. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

6.3.1. O **recebimento provisório** dos produtos e dos serviços se dará na data da entrega destes, ou seja, dentro dos prazos estabelecidos, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes na proposta vencedora.

6.3.2. O **recebimento definitivo** dos produtos e serviços, será finalizado em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório mencionado no subitem anterior, após a aferição de qualidade, especificações e quantidades e consequente aceitação.

6.3.3. Não serão aceitos na entrega dos produtos e serviços que os mesmos sejam de marcas diferentes daquelas constantes na proposta vencedora.

6.3.4. Caso os produtos e serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-los ou refazê-los no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação a contratada.

6.3.5. Caso o prazo definido no subitem anterior não seja observado, os produtos e serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.4. DOS PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS:



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.4.1. A contratada tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do contrato, durante todo o período de execução contratual;

6.4.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

6.4.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

6.4.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do contrato deverá notificar a contratada para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos desta Companhia.

6.5. DAS SANÇÕES:

6.5.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa moratória;

III. multa compensatória;

IV. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

6.5.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

6.5.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;

6.5.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

6.5.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

6.5.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

6.5.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I. nas licitações em geral:

a) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

b) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

c) por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

d) no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CAER, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

e) no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CAER;

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da CAER.

6.5.8. Ocorrendo infração contratual apenas com a sanção de multa o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

6.5.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao Contratado, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

aplicação da sanção.

6.5.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

6.5.11. Havendo omissão ou concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos ao Contratado.

6.5.12. Não havendo a concordância do Contratado, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação do Contratado e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

6.5.13. No caso das demais sanções, o Contratado deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.5.14. Não havendo a concordância do Contratado quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

6.5.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CAER, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CAER, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

6.5.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

6.5.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CAER.

6.5.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAER poderá, a seu critério, rescindi-lo.

6.5.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

6.5.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

6.6. DA JUSTIFICATIVA DA GLOSA:

6.6.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou
- c) deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CAER ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CAER.

6.7. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

6.7.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

7.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

7.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

7.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Como forma de seleção do fornecedor, sugerimos a adoção do **RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do art. 89, §1º do RILC/CAER, por se tratar de serviços comuns.

9. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A proposta será julgada com base no MENOR VALOR POR ITEM;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

9.2. A divisão em itens do procedimento licitatório para cada tipo de serviço é a solução adequada, para fins de aumento da competitividade da licitação, tendo em vista que são serviços individualizados, sendo o mais adequado para atender às necessidades da Companhia de modo que o parcelamento se comprove técnica e economicamente viável.

10. DO VALOR ESTIMADO

10.1. O valor estimado para esta contratação será sigiloso, conforme art. 59 c/c art. 89, §2º, ambos do RILC/CAER.

11. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas correrão por conta dos recursos próprios da CAER, pela unidade orçamentária, programa orçamentário, elemento de despesa e fonte: 43010.17122010.001.000/299/001 devidamente atestados.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Coordenadoria de Termos de Referência e Projetos Básicos – CTRPB com base no Estudo Técnico Preliminar e documento de formalização da demanda, ambos elaborados pela Divisão de Serviços Gerais - DSG, no uso de suas atribuições legais e profissionais, estando de acordo as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e no caso de concordância pela Gerência Administrativa – GEA e aprovação da Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, para ser integrado ao processo administrativo. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem serão resolvidos pela Divisão de Serviços Gerais - DSG.

Boa Vista – RR, 18 de setembro de 2024.

ELABORADO POR:

ANANDA LETÍCYA PINHO LIMA LOPES

Coordenadora de Termos de Referência e Projetos Básicos - CTRPB

ANTÔNIO RODRIGUES MARTINS

Chefe da Divisão de Serviços Gerais - DSG



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

CONCORDO:

SUZANY RODRIGUES SILVA DOS REIS
Gerente Administrativa - GEA

APROVO NOS TERMOS DO RILC/CAER:

MÁRCIO RODRIGO MESQUITA DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro - DAF